

J. SOARES CORREIA — ARMAZÉNS DE FERRO, S. A.**Relatório n.º 6-L/2008**

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 9213/350430; identificação de pessoa colectiva n.º 500029857; inscrições n.ºs 23 e 24; números e data da apresentação: 24 e 25/8 de Julho de 1998; pasta n.º 3690.

Maria Adelaide de Almeida Dias de Oliveira, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias juntas são o teor dos documentos de prestação de contas e prestação de contas consolidadas da sociedade em epígrafe, relativamente ao ano de 1997.

Conferida, está conforme.

10 de Agosto de 1998. — A Primeira-Ajudante, *Maria Adelaide de Almeida Dias de Oliveira*.

Relatório e contas de 1997**Relatório de gestão**

Em 1997 confirmou-se o optimismo generalizado em relação à recuperação económica na União Europeia. As estimativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB comunitário de 2,6% esperando-se um crescimento similar em 1998. Este facto foi potenciado pela necessidade do cumprimento dos critérios de convergência fixados para a implementação da Moeda Única Europeia com especial relevância para a redução da taxa de inflação e a consolidação orçamental.

Em Portugal, prolongando a tendência dos anos anteriores, prosseguiu a aceleração gradual do crescimento do produto — superior a 3% — acompanhado da descida da inflação — cerca de 2% — conjugado com uma redução do défice orçamental — abaixo dos 3% e atingiram-se valores compatíveis com as exigências da entrada no núcleo duro do euro.

Um cenário macro-económico estável, caracterizado por uma forte contenção da inflação, reduzidas taxas de juro e ainda custos salariais inferiores aos níveis Europeus continuam a contribuir para a atracção do investimento estrangeiro e potência as condições para a sustentação de um bom ritmo de crescimento, reforçado também pelo desenvolvimento de relevantes projectos infra-estruturais.

O ambiente económico favorável em que se viveu condicionou a evolução fortemente positiva verificada no sector da construção civil e obras públicas — acima de 12%. As obras públicas foram o factor determinante para este acelerado crescimento, não sendo contudo de ignorar o incremento verificado na construção de edifícios por parte da iniciativa privada e também por parte da administração central (sector cooperativo).

As vendas totais cresceram 33,3% relativamente a 1996, atingindo os 13 557 884 milhares de escudos, o maior volume de negócios atingido pelo Grupo J. Soares Correia.

O forte acréscimo das vendas de produtos siderúrgicos ultrapassou largamente as previsões, já de si optimistas, para o ano de 1997. Registou-se um crescimento de 34% face a período homólogo do ano anterior, ou seja, em termos reais a tonelage vendida ultrapassou as 200 000 toneladas, registando um aumento de 25%.

Quanto ao comportamento das vendas por produto é de salientar o aumento muito acima da média do varão para betão e dos perfis, sendo a evolução daqueles produtos resultante da respectiva expansão do sector das obras públicas, nomeadamente dentro do contexto da Expo 98, e da montagem de nova linha de corte de perfis.

A área das ferramentas e ferragens contribuiu igualmente para o acréscimo das vendas, as quais se cifraram em 681 229 milhares de escudos *versus* 539 653 em 1996, ou seja, registou um crescimento de 26,2%. O seu contributo para o resultado consolidado foi importante tendo libertado uma margem bruta de cerca de 180 000 milhares de escudos.

Em 1997 o valor total de investimentos líquidos efectuados, quer como esforço de modernização e aumento de capacidade produtiva quer como adequação da empresa às condicionantes do mercado, ascenderam a 125 599 milhares de escudos.

Discriminando, temos:

Edifícios e outras construções.....	89 371
Equipamento básico.....	35 018
Equipamento de transporte.....	78 355
Outras imobilizações.....	8 253
Títulos e outras aplicações financeiras.....	4 215

Assim, o investimento projectado para 1997 foi concretizado ficando o Grupo dotado de uma linha completa de corte de perfis nas suas instalações de Palmela e de novas pontes rolantes (sistema de magnetes) no seu armazém principal de Vila Nova de Gaia o que lhe vai permitir uma maior eficiência e conseqüente redução dos custos de comercialização e distribuição.

Na sequência do investimento realizado nos últimos dois anos a empresa viu aprovada no corrente ano a sua candidatura ao PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio) beneficiando de uma linha de financiamento e de um subsídio destinado à contratação de quadros técnicos.

Aproveitando a oportunidade concedida pelo Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, entretanto publicado, procedeu à reavaliação dos edifícios e principais bens de equipamento básico e de transporte adquiridos a partir de 1993, o que originou uma reserva de reavaliação de 181 346 milhares de escudos.

O quadro seguinte sintetiza a evolução dos principais indicadores de natureza económica e financeira do Grupo.

Grupo JSC	1996	1997	Variação (percent.)
Volume de vendas.....	10 170 150	13 557 884	33,3
Resultados correntes.....	440 961	789 330	79,0
Resultados antes de impostos.....	467 637	812 720	73,8
Resultados líquidos.....	284 042	499 028	75,7
Cash-flow.....	426 094	687 797	61,4
Meios libertos totais.....	517 022	996 132	92,7
VAB.....	1 021 549	1 572 680	54,0
Situação líquida.....	2 281 391	2 755 245	20,8
Activo líquido.....	6 496 084	6 519 011	0,4

A margem bruta registou uma evolução favorável de 13,86% contra 12,54% em 1996, a qual conjugada com o aumento de 33,3% do volume das vendas representou em termos absolutos um acréscimo da margem bruta de 214 986 milhares de escudos em comparação com período homólogo do ano transacto.

Os resultados operacionais ascenderam a 789 330 milhares de escudos contra 440 961 milhares de escudos do ano anterior. O aumento significativo dos resultados correntes deveu-se à forte dinâmica da actividade e à manutenção de uma política permanente de contenção de custos, a qual permitiu uma evolução favorável dos mesmos. Os fornecimentos e serviços externos diminuíram o seu peso relativo nas vendas de 4,96% para 4,25%.

Os custos com o pessoal, apesar da constituição de um Fundo de Complemento de Reforma no montante de 21 801 milhares de escudos, evoluíram em 1997 de 2,57% para 2,25% das vendas.

A componente financeira permaneceu positiva apesar de ter sofrido um agravamento de 87 311 milhares de escudos. O aumento dos custos financeiros foi previsto e calculado dado ter sido o resultado de uma política de crédito a clientes assumida pela empresa. Para diminuir o tempo médio dos recebimentos e atenuar potenciais riscos do negócio optou-se por uma maior concessão de descontos de antecipação de pagamento.

Prevê-se que 1998 seja um ano de alguma contenção em matéria de investimento por parte do sector público, já que 1997 viveu como já foi referido de uma forte concentração agregada de obras públicas, das quais algumas estão na fase final. Por outro lado o Estado está a diversificar a sua política de financiamento do investimento passando este para a mão dos privados através de concessões. Com esta nova modalidade de investimento levará algum tempo para que as empresas se adaptem a esta nova forma de realizar obras. Em contrapartida, deixaremos de estar tão dependentes dos ciclos político-económicos.

Alguns indicadores macroeconómicos deixam, no entanto, antever crescimentos no sector da construção entre 4,5 e 5%, valor razoável considerando que é superior ao crescimento do PIB.

A consolidação do crescimento da J. Soares Correia passará por uma renovada aposta nas condições logísticas e nos recursos humanos integrados numa estratégia de crescimento que passa pela alteração da actual estrutura organizacional e empresarial do Grupo J. Soares Correia.

Assim está em curso um processo de reestruturação em que se procura alinhar as três áreas estratégicas de actividade em que se movimenta o grupo — distribuição de produtos siderúrgicos, comercialização e distribuição de ferramentas e promoção imobiliária com o qual se pretende identificar a contribuição de cada um dos negócios para o resultado consolidado do Grupo e facilitar eventuais associações com parceiros estratégicos.

A todos os colaboradores que empenhadamente contribuíram com o seu esforço para os objectivos alcançados renovamos o nosso sincero

agradecimento. Aos nossos clientes que com a sua dedicação continuam a apostar na qualidade do serviço que prestamos, a nossa promessa de que continuaremos a melhorar. Por último uma palavra de muito apreço aos nossos fornecedores.

Tendo em vista um adequado equilíbrio entre a remuneração dos accionistas e o reforço dos capitais próprios da empresa, propomos a atribuição de um dividendo ilíquido por acção de 480\$ e que aos resultados líquidos apurados no exercício no montante de 499 065 985\$ seja dada a seguinte aplicação:

- a) Dividendos — 368 758 560\$;
- b) Reservas Livres — 130 307 425\$.

23 de Março de 1998. — O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao exercício de 1997, foram os seguintes:

Administração:

Joaquim Alberto Correia dos Santos, presidente:

Acções:

1 de Janeiro de 1997 — 340 052 acções;

31 de Dezembro de 1997 — 340 052 acções.

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	7 650	4 500	3 150	3 900
Diferenças de consolidação.....	52 148	—	52 148	53 329
Trespases.....	41	—	41	41
	59 839	4 500	55 339	57 270
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	430 015	—	430 015	394 086
Edifícios e outras construções.....	1 004 208	251 921	752 287	619 571
Equipamento básico.....	346 727	143 335	203 393	131 181
Equipamento de transporte.....	553 046	362 737	190 310	98 926
Ferramentas e utensílios.....	2 994	2 257	737	28
Equipamento administrativo.....	164 619	120 236	44 383	52 371
Outras imobilizações corpóreas.....	34 686	25 590	9 096	4 538
Imobilizações em curso.....	—	—	—	56 908
Adiantamentos por conta de imobilizações.....	6 474	—	6 474	13 186
	2 542 768	06 074	1 636 694	1 370 795
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em outras empresas.....	4 250	—	4 250	4 938
Títulos e outras aplicações financeiras.....	101 071	60 179	40 892	34 875
	105 321	60 179	45 142	39 813
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	—	—	—	1 471
Produtos acabados e intermédios.....	11 620	—	11 620	17 518
Mercadorias.....	1 401 948	23 002	1 378 946	1 635 362
	1 413 568	23 002	1 390 566	1 654 351
Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes, c/c.....	2 899 908	—	2 899 908	3 140 190
Clientes — Títulos a receber.....	101 696	—	101 696	129 588
Clientes de cobrança duvidosa.....	194 791	174 382	20 409	17 323
Adiantamentos a fornecedores.....	42	—	42	111
Estado e outros entes públicos.....	3 263	—	3 263	10 281
Outros devedores.....	2 939	—	2 939	6 096
	3 202 639	174 382	3 028 257	3 303 589
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis.....	—	—	—	—

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	345 951		345 951	47 397
Caixa	1 204		1 204	1 634
	347 155		347 155	49 031
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	13 824		13 824	20 633
Custos diferidos	2 032		2 032	600
	15 856		15 856	21 234
<i>Total de amortizações</i>		970 753		
<i>Total de provisões</i>		197 384		
<i>Total do activo</i>	7 687 147	1 168 137	6 519 011	6 496 084

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	1997	1996
Capital próprio:		
Capital	850 000	850 000
Acções próprias:		
Valor nominal	(50 611)	(36 380)
Descontos e prémios	(74 682)	(46 204)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	16 054	16 054
Reserva de reavaliação	447 362	266 016
Reservas:		
Reservas legais	185 688	183 475
Outras reservas	825 115	750 108
Resultados transitados	57 291	14 280
<i>Subtotal</i>	2 256 217	1 997 349
Resultado líquido do exercício	499 028	284 042
<i>Total do capital próprio</i>	2 755 245	2 281 391
Interesses minoritários	—	—
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5 946	5 946
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	205 994	17 500
Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
Empréstimos — Papel comercial	1 459 469	723 196
Dívidas a instituições de crédito	758 062	1 791 073
Fornecedores, conta corrente	798 381	1 291 698
Outros accionistas	409	360
Adiantamentos de clientes	160	—
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	84 540	140 277
Estado e outros entes públicos	320 177	118 947
Outros credores	11 830	23 235
	3 433 028	4 088 786
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	107 895	89 618
Proveitos diferidos	10 903	12 844
	118 798	102 461
<i>Total do passivo</i>	3 763 766	4 214 693
<i>Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo</i>	6 519 011	6 496 084

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....		11 673 929		8 894 540
Fornecimentos e serviços externos		306 137		261 698
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	576 548		504 527	
Encargos sociais:				
Outros.....	—	576 548	—	504 527
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	162 918		135 657	
Provisões.....	25 851	188 769	6 395	142 052
Impostos.....	13 028		6 843	
Outros custos e perdas operacionaisv	13 489	26 517	14 169	21 012
(A).....		12 771 900		9 823 829
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....	—		—	
Juros e custos similares:				
Outros.....	343 222	343 222	252 034	252 034
Custos e perdas extraordinários.....	(C).....	13 115 122		10 075 863
		32 149		34 274
	(E).....	13 147 271		10 110 137
Imposto sobre o rendimento do exercício.....		313 692		183 596
	(G).....	13 460 963		10 293 732
Interesses minoritários.....		—		—
Resultado líquido do exercício.....		499 028		284 042
		13 959 991		10 577 774

PROVEITOS E GANHOS

	1997		1996	
Vendas:				
Mercadorias.....	13 557 884		10 170 150	
Prestações de serviços.....	(5 979)	13 551 905	—	10 170 150
Variação da produção.....		(5 898)		(2 496)
Proveitos suplementares.....	8 045		4 468	
Subsídios à exploração.....	1 821		—	
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	9 866	—	4 468
(B).....		13 555 873		10 172 122
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Outros.....	1 557		2 061	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros.....	347 022	348 579	342 641	344 702
(D).....		13 904 452		10 516 824
Proveitos e ganhos extraordinários.....		55 539		60 950
(F).....		13 959 991		10 577 774
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)–(A).....		783 973		348 293
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A).....		5 357		92 668
Resultados correntes: (D)–(C).....		789 330		440 961
Resultados antes de impostos: (F)–(E).....		812 720		467 637
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(G).....		499 028		284 042

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Actividades operacionais:				
Resultado líquido do exercício.....	499 028		284 042	
Ajustamentos:				
Amortizações.....	162 918		135 657	
Provisões.....	(965)		(32 723)	
Resultados financeiros.....	191 174		10 859	
Aumento das dívidas de terceiros.....	(11 376)		1 066 980	
Diminuição das dívidas de terceiros.....	278 418		—	
Aumento das existências.....	—		(442 917)	
Diminuição das existências.....	273 040		—	
Aumento das dívidas a terceiros.....	201 439		595 369	
Diminuição das dívidas a terceiros.....	(504 722)		—	
Diminuição dos proveitos diferidos.....	(1 941)		527	
Aumento dos acréscimos de proveitos.....	6 990		(19 813)	
Diminuição dos custos diferidos.....	(1 016)		(240)	
Aumento dos acréscimos de custos.....	7 992		21 622	
Ganhos na alienação de imobilizações.....	(15 124)		(5 863)	
Perdas na alienação de imobilizações.....	5 455		381	
<i>Fluxos das actividades operacionais [1].....</i>		1 091 310		(520 079)
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros.....	2 720		—	
Imobilizações corpóreas.....	39 427		17 008	
Subsídios de investimento.....	1 821		—	
Juros e proveitos similares.....	19 443	63 411	—	17 008
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros.....	6 760		—	
Imobilizações corpóreas.....	347 319		177 201	
Imobilizações incorpóreas.....	1 800	355 879	56 637	233 838
<i>Fluxos das actividades de investimento [2].....</i>		(292 468)		(216 830)
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos.....		924 767		847 247
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos.....	1 033 011		—	
Juros e custos similares.....	188 529		—	
Dividendos.....	161 236		166 745	
Aquisição de acções (quotas) próprias.....	42 709	1 425 485	4 761	171 506
<i>Fluxos das actividades de financiamento [3].....</i>		(500 718)		675 741
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3].....		298 124		(61 168)
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		49 031		110 199
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....		347 155		49 031

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal. — A Directora Financeira, *Maria Paula Carvalho Correia dos Santos*.

Balancos em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	7 650	4 500	3 150	3 900
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	276 958	—	276 958	244 439
Edifícios e outras construções.....	427 192	87 172	340 021	217 196

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Equipamento básico.....	275 133	101 102	174 031	91 413
Equipamento de transporte.....	384 667	257 165	127 502	59 476
Ferramentas e utensílios.....	1 058	610	448	28
Equipamento administrativo.....	127 779	91 418	36 361	45 724
Outras imobilizações corpóreas.....	23 810	16 799	7 011	2 775
Imobilizações em curso.....	6 474	—	6 474	70 094
	1 523 071	554 266	968 805	731 146
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	743 625	—	743 625	636 335
Partes de capital em empresas associadas.....	3 000	3 000	—	—
Investimentos em imóveis.....	94 311	57 179	37 132	36 018
	840 936	60 179	780 757	672 353
Existências:				
Mercadorias.....	1 191 974	15 022	1 176 952	1 486 728
Dividas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes, conta corrente.....	2 610 844	—	2 610 844	3 001 566
Clientes — Títulos a receber.....	77 031	—	77 031	80 205
Clientes de cobrança duvidosa.....	87 742	83 265	4 477	518
Outros devedores.....	2 770	—	2 770	2 157
	2 778 387	83 265	2 695 122	3 084 446
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	247 769		247 769	34 379
Caixa.....	414		414	750
	248 183		248 183	35 129
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos.....	13 748		13 748	20 359
Custos diferidos.....	1 589		1 589	574
	15 337		15 337	20 933
<i>Total de amortizações.....</i>		615 944		
<i>Total de provisões.....</i>		101 287		
<i>Total do activo.....</i>	6 605 538	717 232	5 888 307	6 034 635

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1997	1996
Capital próprio:		
Capital.....	850 000	850 000
Acções próprias:		
Valor nominal.....	(45 508)	(31 277)
Descontos e prémios.....	(67 107)	(38 629)
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas.....	89 558	33 356
Reservas de reavaliação.....	337 900	216 014
Reservas:		
Reservas legais.....	170 000	170 000
Outras reservas.....	712 158	699 213
Resultados transitados.....	—	(51 171)
<i>Subtotal.....</i>	2 047 001	1 847 505
Resultado líquido do exercício.....	499 066	284 128
<i>Total do capital próprio.....</i>	2 546 066	2 131 633

PASSIVO

	1997	1996
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5 946	5 946
Dividas a terceiros — Médio prazo:		
Dividas a instituições de crédito	205 994	—
Dividas a terceiros — Curto prazo:		
Empréstimos — Papel comercial.....	1 459 469	723 196
Dividas a instituições de crédito	485 000	1 601 073
Fornecedores, conta corrente.....	744 934	1 261 773
Empresas do Grupo.....	12 000	18 000
Outros accionistas (sócios)	409	360
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	83 572	115 094
Estado e outros entes públicos	245 257	81 980
Outros credores	5 938	22 249
	3 036 578	3 823 724
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos.....	93 706	73 332
Proveitos diferidos	16	—
	93 723	73 332
<i>Total do passivo</i>	3 342 241	3 903 002
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	5 888 307	6 034 635

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal. — A Directora Financeira, *Maria Paula Carvalho Correia dos Santos*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....		10 947 768		8 384 105
Fornecimentos e serviços externos		253 259		227 565
Custos com pessoal:				
Remunerações	413 036		358 807	
Encargos sociais:				
Outros.....	—	413 036	—	358 807
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	116 096		86 413	
Provisões	—	116 096	—	86 413
Impostos.....	10 407		4 331	
Outros custos e perdas operacionais	12 304	22 711	12 633	16 964
(A)		11 752 872		9 073 854
Juros e custos similares:				
Outros.....		297 440		212 752
Custos e perdas extraordinários		19 925		27 208
(E)		12 050 312		9 313 814
Imposto sobre o rendimento do exercício		245 379		145 080
(G)		12 315 616		9 458 894
Resultado líquido do exercício.....		499 066		284 128
		12 814 682		9 743 021

PROVEITOS E GANHOS

	1997		1996	
Vendas:				
Mercadorias.....	12 322 844		9 294 657	

	1997		1996	
Prestações de serviços.....	21	12 322 865	—	9 294 657
Proveitos suplementares.....	7 880		10 468	
Subsídios à exploração.....	1 821		—	
Outros proveitos e ganhos operacionais.....	—	9 702	—	10 468
(B).....		12 332 567		9 305 125
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros.....	112 278		57 161	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros.....	328 698	440 976	326 528	383 689
(D).....		12 773 543		9 688 814
Proveitos e ganhos extraordinários.....		41 138		54 207
(F).....		12 814 682		9 743 021
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)—(A).....		579 695		231 271
Resultados financeiros: (D)—(B)—(C)—(A).....		143 536		170 937
Resultados correntes: (D)—(C).....		723 231		402 208
Resultados antes de impostos: (F)—(E).....		744 445		429 207
Resultado líquido do exercício: (F)—(G).....		499 066		284 128

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal. — A Directora Financeira, *Maria Paula Carvalho Correia dos Santos*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Actividades operacionais:				
Resultado líquido do exercício.....	499 066		284 128	
Ajustamentos:				
Amortizações.....	116 096		86 413	
Provisões.....	(26 816)		(39 118)	
Resultados financeiros.....	63 249		9 810	
Aumento das dívidas de terceiros.....	(613)		(918 840)	
Diminuição das dívidas de terceiros.....	407 498		—	
Aumento das existências.....	—		(423 449)	
Diminuição das existências.....	319 031		—	
Aumento das dívidas a terceiros.....	163 326		577 122	
Diminuição das dívidas a terceiros.....	(539 150)		—	
Diminuição dos proveitos diferidos.....	16		—	
Aumento dos acréscimos de proveitos.....	6 776		(19 539)	
Diminuição dos custos diferidos.....	(1 015)		(230)	
Aumento dos acréscimos de custos.....	10 831		(21 620)	
Ganhos na alienação de imobilizações.....	(6 086)		(3 148)	
Perdas na alienação de imobilizações.....	63		206	
Fluxos das actividades operacionais [1].....		1 012 272		(446 645)
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros.....	175		—	
Imobilizações corpóreas.....	7 151		4 104	
Subsídios de investimento.....	1 821		—	
Juros e proveitos similares.....	15 650	24 797	—	4 104
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros.....	—		56 202	
Imobilizações corpóreas.....	277 270		114 395	
Imobilizações incorpóreas.....	1 800	279 070	5 850	176 447
Fluxos das actividades de investimento [2].....		(254 273)		(172 343)
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos.....		942 267		771 747
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos.....	1 116 073		—	
Juros e custos similares.....	167 194		—	
Dividendos.....	161 236		166 745	

	1997		1996	
Aquisição de acções (quotas) próprias.....	42 709	1 487 212	4 761	171 506
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i> [3].....		(544 945)		600 241
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3].....		213 054		(18 747)
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		35 129		53 876
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....		248 183		35 129

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal. — A Directora Financeira, *Maria Paula Carvalho Correia dos Santos*.

Anexo as demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de Dezembro de 1997 e 1996

(Montantes expressos em milhares de escudos)

Nota introdutória:

A J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., é uma sociedade anónima constituída em 15 de Outubro de 1934 que tem como actividade principal, o comércio por grosso de ferro e aço. As empresas do Grupo incluídas na consolidação (nota n.º 1) têm idêntico objecto social.

As acções da J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., estão cotadas nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto desde 1987, tendo passado ao mercado sem cotação em Janeiro de 1992.

As demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, reportadas a 31 de Dezembro de 1997, estão pendentes de aprovação pelas respectivas assembleias gerais. No entanto, a administração da J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para demonstrações financeiras con-

solidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente e sempre que se mostrou relevante, adicionou-se às notas consolidadas informação financeira adicional, relativa às demonstrações financeiras individuais da J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A.

Para simplificação na apresentação de alguns quadros e notas, indicam-se a seguir as abreviaturas utilizadas para as empresas do grupo:

J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A.: J. Soares Correia;
José Pinto de Magalhães — Armazéns de Ferro, S. A.: J. Pinto Magalhães;

M. Cardoso, L.^{da}: M. Cardoso;

Transferro — Transformação de Varão de Ferro, L.^{da}: Transferro;

Sardaço — Sociedade de Armazenistas de Aço, L.^{da}: Sardaço.

1 — Empresas do Grupo incluídas na consolidação:

A J. Soares Correia, detém participações directas e indirectas nas seguintes empresas incluídas na consolidação, como segue:

Empresa	Sede	Participação (percentagem)			Capital próprio	Proporção do capital detido	Calor na J. S. Correia
		Directa	Indirecta	Total			
J. Pinto Magalhães	Porto	100	—	100	351 863	351 863	423 372
M. Cardoso.....	Porto	74	26	100	271 270	200 740	200 740
Transferro.....	Guarda	73	27	100	140 552	102 603	82 255
Sardaço.....	Porto	100	—	100	37 080	37 080	37 258
						692 286	743 625

7 — Número médio de pessoal:

Durante os exercícios de 1997 e 1996, o número médio de pessoal foi o seguinte:

	1997	1996
Empregados:		
J. Soares Correia	110	106
J. Pinto Magalhães	8	10
M. Cardoso.....	33	29
Transferro.....	20	19
Sardaço.....	—	—
	171	164

10 — Diferenças de consolidação:

A rubrica de diferenças de consolidação incluída no capital próprio, foi originada na consolidação inicial das demonstrações financeiras efectuada em 1 de Janeiro de 1991, e é composta pelo diferencial positivo entre o valor pago pela J. Soares Correia e o valor contabilístico proporcional dos capitais próprios naquela data.

A J. Soares Correia aplicou na consolidação as regras previstas no ponto 13.4.1, alínea d) do Anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, imputando o excesso destes investimentos calculados sobre o valor contabilístico, directamente ao valor dos terrenos e edifícios. O aumento de valor dos edifícios resultante da aplicação deste critério

está a ser amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 25 anos.

15 — Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria:

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas incluídas na consolidação, são consistentes entre si e encontram-se descritos na nota n.º 23.

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Os compromissos financeiros assumidos pelas empresas do Grupo e não incluídos no balanço consolidado, em 31 de Dezembro de 1997, eram como segue:

a) Letras descontadas:

As responsabilidades com letras de clientes descontadas na banca comercial eram como segue:

	1997	1996
J. Soares Correia	84 214	46 901
J. Pinto Magalhães	—	—
M. Cardoso.....	29 294	28 255
Transferro.....	7 895	8 171
Sardaço.....	—	—

b) Complementos de pensões de reforma:

Conforme referido na nota n.º 23, alínea g), a J. Soares Correia, transferiu para um contrato de seguro de vida-grupo de capitalização as

suas responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma.

A avaliação actuarial reportada a 31 de Dezembro de 1997 efectuada pela companhia de seguros seguiu os seguintes pressupostos:

	31 de Dezembro de 1997	
	(a)	(b)
Tábua de mortalidade.....	TV 73/77	GKF80
Taxa de rendimento.....	4,5%	4%
Taxa técnica de actualização.....	4,5%	4%
Taxa de crescimento dos salários.....	0%	2,5%
Método.....	Unidade de crédito corrente	Unidade de crédito projectado

(a) Pressupostos actuariais mencionados na norma regulamentar n.º 21/96-R do Instituto de Seguros de Portugal.

(b) Pressupostas e método considerados pela companhia de seguros.

Em 31 de Dezembro de 1997, o saldo constituído ascendia a 20 914 milhares de escudos, tendo as contribuições para o contrato de seguro ascendido no exercício findo naquela data a 21 801 milhares de escudos.

23 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da J. Soares Correia e restantes empresas do Grupo, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, os quais poderão não ser coincidentes com princípios de contabilidade geralmente aceites noutros países.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Consolidação integral.* — A consolidação das contas das empresas do Grupo J. Soares Correia, efectuou-se pelo método da consolidação integral, e de acordo com os princípios contabilísticos estatuidos no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho. Nestes termos:

Conforme descrito em maior detalhe na nota n.º 10, a eliminação dos investimentos realizou-se nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho;

Os saldos, as transacções, e os ganhos e perdas entre empresas do Grupo J. Soares Correia, foram eliminados no processo de consolidação;

A empresa J. Pinto de Magalhães adquiriu as participações de vários accionistas minoritários (26%), pelo que as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1996 não incluem interesses minoritários.

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais (nota n.º 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro de 1997, foram aumentadas na J. Soares Correia e no consolidado respectivamente em 3650 milhares de escudos e 8788 milhares de escudos. Uma parte (40%) deste montante, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

As reintegrações são calculadas pelo método de quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções.....	50
Equipamento básico.....	10 a 14
Ferramentas e utensílios.....	4
Equipamento de transporte.....	4 a 6
Equipamento administrativo.....	8
Outras imobilizações corpóreas.....	3

c) *Existências.* — As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio (v. nota n.º 15).

A rubrica provisão para depreciação de existências inclui a diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências.

d) *Acréscimos e diferimentos.* — As empresas incluídas na consolidação registam nestas rubricas as despesas e as receitas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde, compreendendo essencialmente:

Os encargos financeiros vencidos e não pagos até ao final de cada exercício;

As remunerações (e respectivos encargos) devidos por motivos de férias, vencidas e não pagas no final de cada exercício.

e) *Provisões para riscos e encargos.* — A J. Soares Correia, regista nesta rubrica o remanescente das provisões constituídas nos termos do Código da Contribuição Industrial (CCI).

f) *Impostos diferidos.* — O grupo não segue o procedimento de registar impostos diferidos em virtude de tal prática não ser comum em Portugal.

g) *Complementos de pensões de reforma.* — A J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, que à data de reforma tenham completado pelo menos 10 anos de trabalho efectivo na empresa, prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma. Estas prestações consistem numa percentagem determinada pelo número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor no último exercício antes da reforma. No exercício findo em 31 de Dezembro de 1997, a J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., aderiu a um Contrato de Seguro de Vida-Grupo de Capitalização, por forma a financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma para os empregados no activo (nota n.º 21).

Demonstrações financeiras individuais:

Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações registadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido do valor correspondente à proporção dos resultados líquidos da associada e do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas de capital próprio.

Os valores de trespasse, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data de aquisição, são amortizados durante o período médio de recuperação dos investimentos, actualmente estimado em cinco anos.

24 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos portugueses utilizando as taxas de câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 1997 e 1996, respectivamente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas que se encontravam em vigor na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos nas demonstrações dos resultados individuais e consolidados.

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

Consolidado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação.....	5 850	—	1 800	—	—	7 650
Diferenças de consolidação.....	53 329	—	(1 181)	—	—	52 148

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Trespases	41	—	—	—	—	41
	59 220	—	619	—	—	59 839
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	394 086	38 929	—	3 000	—	430 015
Edifícios e outras construções	802 706	112 131	106 202	15 624	(1 207)	1 004 208
Equipamento básico	288 812	22 897	94 270	59 136	(116)	346 727
Equipamento de transporte	452 722	21 969	128 665	50 310	—	553 046
Ferramentas e utensílios	2 036	—	959	—	—	2 994
Equipamento administrativo	174 750	9 604	14 503	5 622	(28 615)	164 619
Outras imobilizações corpóreas	25 681	752	8 254	—	—	34 686
Imobilizações em curso	56 908	—	47 087	—	(103 995)	—
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	13 186	—	61 845	—	(68 557)	6 474
	2 210 887	206 282	461 785	133 692	(202 490)	2 542 768
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em outras empresas	4 938	—	—	688	—	4 250
Títulos e outras aplicações financeiras	84 438	11 730	6 760	1 857	—	101 071
	89 376	11 730	6 760	2 545	—	105 321

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	1 950	—	2 550	—	—	4 500
Diferenças de consolidação	—	—	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—	—	—
	1 950	—	2 550	—	—	4 500
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	183 134	43 301	26 104	1 163	545	251 921
Equipamento básico	157 631	4 580	29 737	48 491	(123)	143 335
Equipamento de transporte	353 795	(15 740)	74 416	49 735	—	362 737
Ferramentas e utensílios	2 008	—	251	—	(4)	2 257
Equipamento administrativo	122 379	5 445	25 493	4 545	(28 535)	120 236
Outras imobilizações corpóreas	21 142	(113)	4 370	—	191	25 590
	840 089	37 473	160 371	103 934	(27 926)	906 074
Investimentos financeiros:						
Títulos e outras aplicações financeiras	49 563	(808)	11 706	—	(282)	60 179

J. Soares Correia:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	5 850	—	1 800	—	—	7 650
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	244 439	32 519	—	—	—	276 958
Edifícios e outras construções	276 487	50 258	101 653	—	(1 207)	427 192
Equipamento básico	169 601	15 432	90 373	157	(116)	275 133
Equipamento de transporte	311 044	11 080	97 297	34 754	—	384 667
Ferramentas e utensílios	468	—	590	—	—	1 058
Equipamento administrativo	142 362	5 269	11 840	3 077	(28 615)	127 779
Outras imobilizações corpóreas	16 347	601	6 862	—	—	23 810
Imobilizações em curso	56 908	—	47 087	—	(103 995)	—

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	13 186	—	61 845	—	(68 557)	6 474
	1 236 692	115 159	419 347	37 988	(202 490)	1 530 721
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas interligadas.....	636 335	—	112 064	—	(4 774)	743 625
Partes de capital em empresas associadas.....	3 000	—	—	—	—	3 000
Investimentos em imóveis.....	82 581	11 730	—	—	—	94 311
	721 916	11 730	112 064	—	(4 774)	840 936

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação.....	1 950	—	2 550	—	—	4 500
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais.....	—	—	—	—	—	—
Edifícios e outras construções.....	59 291	13 777	13 692	—	412	87 172
Equipamento básico.....	78 188	(465)	23 518	139	—	101 102
Equipamento de transporte.....	251 567	(10 592)	50 398	34 208	—	257 165
Ferramentas e utensílios.....	440	—	169	—	—	610
Equipamento administrativo.....	96 638	3 317	22 459	2 514	(28 482)	91 418
Outras imobilizações corpóreas.....	13 572	(227)	3 311	—	144	16 799
	501 646	5 810	116 097	36 861	(27 926)	558 766
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas.....	3 000	—	—	—	—	3 000
Investimentos em imóveis.....	46 563	(808)	11 706	—	(282)	57 179
	49 563	(808)	11 706	—	(282)	60 179

39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa, nos exercícios de 1997 e 1996, foram respectivamente:

	1997	1996
Consolidado:		
Administração.....	15 879	14 195
Corpos gerentes.....	12 297	10 038
Fiscalização.....	1 190	1 388
	29 366	25 621
J. Soares Correia:		
Administração.....	13 329	11 571
Fiscalização.....	1 140	1 238
	14 469	12 809

41 — Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação):

As empresas do Grupo J. Soares Correia procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril;
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
Decreto-Lei n.º 111 / 88, de 2 de Abril;
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

42 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 1997 e 1996, é o seguinte:

Consolidado:

Rubricas	31 de Dezembro de 1997				31 de Dezembro de 1996 — Saldos reavaliados
	Bens não reavaliados — Custo	Bens reavaliados — Custos históricos	Bens reavaliados — Reavaliações	Saldos reavaliados	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	6 928	210 563	212 522	423 086	380 760
Edifícios e outras construções.....	133 527	173 961	444 799	618 761	441 651

Rubricas	31 de Dezembro de 1997				31 de Dezembro de 1996 — Saldos reavaliados
	Bens não reavaliados — Custo	Bens reavaliados — Custos históricos	Bens reavaliados — Reavaliações	Saldos reavaliados	
Equipamento básico	86 873	66 751	49 770	116 520	19 717
Equipamento de transporte	130 974	8 240	51 095	59 335	—
Ferramentas e utensílios.....	738	(297)	300	2	5
Equipamento administrativo.....	29 464	1 427	13 492	14 919	4 699
Outras imobilizações corpóreas.....	6 287	1 147	1 662	2 809	624
Imobilizações em curso.....	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta	—	—	—	—	—
	394 791	461 792	773 640	1 235 432	847 456
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis.....	—	7 127	30 005	37 132	25 736

J. Soares Correia:

Rubricas	31 de Dezembro de 1997				31 de Dezembro de 1996 — Saldos reavaliados
	Bens não reavaliados — Custo	Bens reavaliados — Custos históricos	Bens reavaliados — Reavaliações	Saldos reavaliados	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	—	193 200	83 758	276 958	244 439
Edifícios e outras construções.....	98 766	127 438	113 816	241 255	89 220
Equipamento básico.....	77 003	56 055	40 973	97 028	4 562
Equipamento de transporte	84 204	13 727	29 571	43 298	—
Ferramentas e utensílios.....	448	(9)	9	—	—
Equipamento administrativo.....	25 529	2 196	8 636	10 832	4 046
Outras imobilizações corpóreas.....	4 522	1 144	1 346	2 490	264
Imobilizações em curso.....	6 474	—	—	—	—
	296 946	393 751	278 109	671 860	342 531
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis.....	—	7 127	30 005	37 132	25 736

44 — Demonstração de resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
Juros suportados.....	183 122	147 040
Perdas empresas do grupo/associadas.....	4 774	4 775
Amortiz. de investim. em imóveis.....	11 142	10 859
Diferenças de câmbio desfavoráveis.....	3 130	2 096
Desc. de pronto pagam. concedidos.....	125 685	77 707
Outros custos e perdas financeiros.....	15 368	9 557
Resultados financeiros.....	5 357	92 668
<i>Total</i>	348 579	344 702

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
Juros obtidos.....	21 498	28 619
Rendimentos de imóveis.....	175	183
Rendimentos de participações.....	1 557	1 102
Diferenças de câmbio favoráveis.....	430	1 417
Descontos de pronto pagamento obtidos ...	324 918	313 380
Outros proveitos e ganhos financeiros.....	2	1
<i>Total</i>	348 579	344 702

Os resultados financeiros individuais da J. Soares Correia, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
Juros suportados.....	162 403	131 456
Remuneração a títulos de participação	4 774	4 774
Amortiz. de investimentos em imóveis.....	11 142	10 859
Provisões para aplicações financeiras.....	—	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis.....	2 390	1 701
Desc. de pronto pagam. concedidos.....	102 396	55 999
Perdas na alien. de aplic. de tesouraria	—	—
Outros custos e perdas financeiros.....	14 335	7 963
Resultados financeiros.....	143 536	170 937
<i>Total</i>	440 976	383 689

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
Juros obtidos.....	17 164	22 430
Rendimentos de títulos de participação	112 064	56 202
Rendimentos de imóveis.....	175	183
Rendimentos de participações.....	—	—
Diferenças de câmbio favoráveis.....	214	959
Descontos de pronto pagamento obtidos ...	311 358	303 914

	1997	1996
Ganhos na alien. de aplic. de tesouraria.....	—	—
Outros proveitos e ganhos financeiros.....	2	1
	440 976	383 689

45 — Demonstração de resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
Donativos.....	122	201
Dívidas incobráveis.....	12 858	24 588
Perdas em imobilizações.....	5 455	381
Multas e penalidades.....	234	487
Aumento de amortizações e provisões.....	2 737	—
Correcções relativas a exerc. anteriores.....	7 780	7 208
Outros custos e perdas extraordinários.....	2 961	1 409
Resultados extraordinários.....	23 390	26 676
	55 539	60 950

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
Recuperação de dívidas.....	1 350	1 351
Ganhos em existências.....	6 165	669
Ganhos em imobilizações.....	15 124	5 863
Reduções de amortizações e provisões.....	26 817	39 118
Correcções relat. a exerc. anteriores.....	2 147	4 880
Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	3 936	9 069
	55 539	60 950

Os resultados extraordinários individuais da J. Soares Correia têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
Donativos.....	110	201
Dívidas incobráveis.....	8 250	21 601
Perdas em imobilizações.....	63	206
Multas e penalidades.....	178	433
Aumento de amortizações e provisões.....	2 737	—
Correcções relat. a exerc. anteriores.....	5 766	3 368
Outros custos e perdas extraordinários.....	2 820	1 399
Resultados extraordinários.....	21 213	26 998
	41 138	54 206

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
Recuperação de dívidas.....	786	1 020
Ganhos em existências.....	6 165	460
Ganhos em imobilizações.....	6 086	3 148
Reduções de amortizações e provisões.....	26 817	39 118
Correcções relat. a exerc. anteriores.....	1 166	3 067
Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	119	7 393
	41 138	54 206

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

As contas de provisões consolidadas em 1997 tiveram o seguinte movimento:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas.....	166 092	25 851	17 561	174 382
Provisões para riscos e encargos.....	5 946	—	—	5 946
Provisões para depreciação de existências.....	32 257	—	9 255	23 002
Provisões para investimentos financeiros.....	3 000	—	—	3 000
	207 295	25 851	26 816	206 330

Durante o exercício realizaram-se nas contas individuais da J. Soares Correia os seguintes movimentos de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas.....	100 826	—	17 561	83 265
Provisões para riscos e encargos.....	5 946	—	—	5 946
Provisões para depreciação de existências.....	24 277	—	9 255	15 022
Provisões para investimentos financeiros.....	3 000	—	—	3 000
	134 049	—	26 816	107 233

51 — Impostos sobre lucros:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 1993 a 1997 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A administração da J. Soares Correia entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais

aquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1997 e 1996.

52 — Composição do capital social:

Em 31 de Dezembro de 1997, o capital social da J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., era composto por 850 000 acções ao portador de valor nominal de um milhar de escudos cada.

53 — Custo das mercadorias vendidas:

Os custos das mercadorias vendidas nos exercícios de 1997, e de 1996 foram determinados como segue:

Consolidado:

	Mercadorias	
	1997	1996
Existências iniciais.....	1 667 618	1 219 901
Compras.....	11 424 565	9 347 731
Regularização de existências.....	(4 686)	(5 474)
Existências finais.....	1 413 568	1 667 618
Custos no exercício.....	11 673 929	8 894 540

J. Soares Correia:

	Mercadorias	
	1997	1996
Existências iniciais.....	1 511 005	1 087 556
Compras.....	10 631 615	8 810 778
Regularização de existências.....	(2 878)	(3 224)
Existências finais.....	1 191 974	1 511 005
Custos no exercício.....	10 947 768	8 384 105

54 — Variação da produção:

A variação da produção nos exercícios de 1997 e de 1996 nas demonstrações financeiras consolidadas da J. Soares Correia foram determinados como segue:

	1997	1996
Existências finais de prod. acabados.....	11 620	17 518
Existências iniciais de prod. acabados.....	17 518	20 014
(Redução)/aumento no exercício.....	(5 898)	(2 496)

56 — Transacções entre J. Soares Correia e restantes empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 1997 e 1996, as empresas constituintes do grupo J. Soares Correia e incluídas na consolidação, registaram com a empresa-mãe as seguintes transacções que foram anuladas na consolidação:

	1997	1996
J. Pinto Magalhães:		
Débitos a curto prazo.....	1 861	107
Créditos a curto prazo.....	1 530	2 076
Vendas.....	4 159	8 738
Prestação de serviços.....	26 136	32 188
Compras.....	4 039	—
M. Cardoso:		
Débitos a curto prazo.....	122 922	182 803
Créditos a curto prazo.....	9 033	2 942
Vendas.....	777 891	724 210
Prestação de serviços.....	827	789
Compras.....	19 148	7 263
Proveitos financeiros.....	1 823	4 628
Outras.....	3 600	3 600
Transferro:		
Débitos a curto prazo.....	236 436	163 848
Créditos a curto prazo.....	12 721	4 458
Vendas.....	902 580	708 691

	1997	1996
Compras.....	38 681	32 982
Outras.....	2 400	2 400
Sardaço:		
Créditos a curto prazo.....	12 000	18 000

57 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Em 31 de Dezembro de 1997 existiam dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, no montante de 194 791 milhares de escudos. Na J. Soares Correia, o montante destas dívidas ascendia a 87 742 milhares de escudos. No exercício anterior as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 101 345 milhares de escudos.

O Conselho de Administração: *Joaquim Alberto Correia dos Santos*, presidente — *Isabel Maria Barrosa Soares Correia*, vogal — *Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo*, vogal. — A Directora Financeira, *Maria Paula Carvalho Correia dos Santos*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do grupo J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1997, que evidencia um total de balanço de 6 519 011 contos e um total de capital próprio de 2 755 245 contos, incluindo um resultado líquido de 499 028 contos, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e, quando for o caso, de aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do grupo J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., em 31 de Dezembro de 1997, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos

consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

27 de Março de 1998. — O Revisor Oficial de Contas, *António Afonso da Silva Carvalho*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais (aditado pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho), vimos apresentar o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997, apresentados pelo conselho de administração de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A.

1 — Relatório:

Em cumprimento do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, que transpõe para o direito português as normas de consolidação de demonstrações financeiras estabelecidas na VII Directiva da CEE (83/349/CEE), procedeu o conselho de administração à elaboração das contas consolidadas do grupo de empresas, do ano de 1997 — 7.ª consolidação.

Todas as empresas faziam parte do grupo no conjunto do exercício sob análise.

Comprovamos que foram observadas as normas de consolidação, pelo que as contas consolidadas reflectem a imagem verdadeira e apropriada do Grupo.

Nos termos do artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho fiscal apreciou o relatório anual sobre a fiscalização efectuada e a certificação legal das contas consolidadas do exercício de 1997, documentos que foram elaborados pelo membro revisor oficial de contas, que merecem a nossa total concordância.

O conselho verificou igualmente a concordância do relatório consolidado de gestão com as contas consolidadas do exercício.

2 — Parecer:

Face ao que se antecede, somos de parecer que os senhores accionistas deveriam:

1) Aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1997;

2) provar um voto de louvor ao conselho de administração, pelo empenho que pôs na apresentação das contas consolidadas.

27 de Março de 1998. — O Conselho Fiscal: *Fernando António da Costa Brochado Coelho*, presidente — *José Carlos Moreira da Cunha Barros*, vogal — *António Afonso da Silva Carvalho*, vogal e revisor oficial de contas.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1997, que evidencia um total de balanço de 5 888 307 contos e um total de capital próprio de 2 546 066 contos, incluindo um resultado líquido de 499 066 contos, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuada de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas,

baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., em 31 de Dezembro de 1997 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

27 de Março de 1998. — O Revisor Oficial de Contas, *António Afonso da Silva Carvalho*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos da alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à apreciação dos senhores accionistas o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo conselho de administração de J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.

1 — Relatório:

Ao longo do exercício acompanhámos com regularidade a vida e a gestão da sociedade, bem como as suas contas, o que foi feito quer pelo conselho fiscal, como órgão, quer por actuação individual dos seus membros.

No exercício das suas funções, o conselho fiscal dispôs sempre de todos os elementos e informações de que necessitou e contou com a mais aberta e franca colaboração do conselho de administração e dos serviços, não tendo tomado conhecimento de quaisquer actos ou factos que contrariem a lei ou os seus estatutos.

Velámos para que a lei e os estatutos da sociedade fossem aplicados de forma correcta e verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e dos documentos que lhe servem de suporte.

As análises e verificações feitas pelo conselho fiscal e pelos seus membros tiveram a dimensão adequada ao objectivo de fundamentar um parecer correcto sobre a gestão e as contas do exercício, tendo sido dada particular atenção às contas de terceiros e às existências e bem assim aos critérios de contabilização das amortizações e reintegrações e das provisões, que foram idênticos aos do exercício anterior.

A empresa procedeu à data de 31 de Dezembro de 1997 à reavaliação do imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, de que resultou uma reserva de reavaliação de 126 889 contos.

A reavaliação foi efectuada após o cálculo e contabilização das reintegrações do exercício.

A relevação contabilística processou-se com respeito pelas disposições legais e de acordo pelos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, aplicados de forma consistente em relação ao exercício anterior.

Assim, é nossa convicção que o balanço, a demonstração dos resultados líquidos e o respectivo anexo, traduzem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 1997 e os resultados apurados na mesma data.

Nos termos do artigo 453.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho fiscal apreciou o relatório anual de fiscalização e a certificação legal das contas do exercício de 1997, documentos que foram elaborados pelo membro revisor oficial de contas, com cujo teor estamos de acordo.

Apreciamos o relatório de gestão, que respeita as exigências do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo conselho de administração, os quais merecem o nosso acordo.

2 — Parecer:

Face ao que se antecede, somos de parecer que os senhores accionistas deveriam:

1) Aprovar o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997;

2) Aprovar a proposta de aplicação dos resultados líquidos apresentada pelo conselho de administração, por estar conforme com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

27 de Março de 1998. — O Conselho Fiscal: *Fernando António da Costa Brochado Coelho*, presidente — *José Carlos Moreira da Cunha Barros*, vogal — *António Afonso da Silva Carvalho*, vogal e revisor oficial de contas.

Acta n.º 147 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Maio de 1998, pelas 17 horas na sua sede social, na Rua Soares dos Reis, 96 a 120, em Vila Nova de Gaia, reuniu a assembleia geral anual da sociedade J. Soares Correia — Armazéns de Ferro, S. A., estando presentes ou representados accionistas possuidores de 564 847 acções, correspondentes a 73,52% dos votos correspondentes ao capital social, conforme lista de presenças anexa a esta acta e por eles rubricada.

Presentes também o presidente do conselho de administração, Dr. Joaquim Alberto Correia dos Santos e a vogal do conselho de administração, Dr.ª Isabel Maria Barrosa Soares Correia, bem como o presidente do conselho fiscal, Dr. Fernando António da Costa Brochado Coelho e o vogal Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros.

A mesa foi constituída, tendo-se mantido até final sem alteração, pelo respectivo presidente Dr. Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro, tendo como secretária Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz.

Declarada aberta a sessão, o presidente da mesa procedeu à leitura da ordem de trabalhos, do seguinte teor:

- 1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 1997;
- 2.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas, consolidados, relativos ao exercício de 1997;
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Entrou-se simultaneamente nos pontos 1.º e 2.º da ordem de trabalhos, conforme sugestão do presidente da mesa da assembleia geral.

O presidente do conselho de administração pronunciou-se sobre vários aspectos do relatório e contas, nomeadamente sobre o facto de 1997 ter sido, para a empresa, um bom ano em termos de resultados. Após análise e discussão, os elementos referidos nos pontos 1.º e 2.º foram postos à votação e aprovados por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Passando ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi lida a proposta contida no relatório do conselho de administração que de seguida se transcreve:

«Tendo em vista um adequado equilíbrio entre a remuneração dos accionistas e o reforço dos capitais próprios da empresa, propomos a atribuição de um dividendo ilíquido por acção de 480\$ e que aos resultados líquidos apurados no exercício, no montante de 499 065 985\$ seja dada a seguinte aplicação:

- a) Dividendos: 369 317 760\$;
- b) Reservas livres: 129 748 225\$»

Seguidamente, e ainda relativamente ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi apresentada também pelo conselho de administração a seguinte proposta referente à alteração dos valores constantes da proposta acima transcrita e contida no relatório de gestão: «Dado se terem verificado alterações no número de acções próprias da empresa, alteramos os valores da proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão, para os seguintes:

- a) Dividendos: 368 758 560\$;
- b) Reservas livres: 130 307 425\$»

Estas duas propostas foram postas à discussão, e depois de usada a palavra pelo presidente do conselho de administração, foram aprovadas por unanimidade dos votos presentes e expressos. Finalmente entrou-se no ponto 4.º da ordem de trabalhos e passou-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo sido apresentada pela accionista Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz, uma proposta do seguinte teor:

«Após análise dos relatórios do conselho de administração, balanço e contas de 1997, e os pareceres do conselho fiscal, e, cumprindo-nos nos termos da lei proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, proponho que sejam exarados em acta votos de louvor ao conselho de administração pela forma como conduziu a empresa

pelos resultados obtidos e ao conselho fiscal, pela forma zelosa como desempenhou as suas funções, nomeadamente na fiscalização da empresa e no respeito pela lei e pelos estatutos.»

Dado que ninguém mais quis usar da palavra para discutir esta proposta, foi a mesma posta à votação e aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos.

O presidente do conselho de administração informou a assembleia da renúncia dos administradores, Eng. Carlos Manuel Correia da Silva Bártolo e de Maria Adelaide de Oliveira Barrosa e propôs um voto de louvor aos administradores cessantes, que foi aprovado por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Ainda sobre este assunto e sob proposta do conselho de administração, e após explicações dadas pelos seus membros, foi deliberado por unanimidade dos votos presentes e expressos, ratificar a nomeação por cooptação para o conselho de administração, da Dr.ª Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos, deliberada em reunião de conselho de administração de 20 de Maio de 1998, conforme acta n.º 131.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 19 horas e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral, em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro*, presidente. — *Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz*, secretária.

3000210906

SIBS — SOCIEDADE INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS, S. A.

Relatório n.º 6-M/2008

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 58 588/831028; identificação de pessoa colectiva n.º 501408819; inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 23/20 de Julho de 1994.

Celeste de Jesus Lourenço, segunda-ajudante da 3.ª secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que em 29 de Março de 1994 reuniu a assembleia geral da sociedade com a firma em epígrafe tendo sido discutido e aprovados por unanimidade os documentos relativos à prestação de contas do exercício de 1993, bem como a proposta integral.

Está conforme o original.

Lisboa, 2 de Agosto de 1994. — A Segunda-Ajudante, *Celeste de Jesus Lourenço*.

Relatório e contas de 1993

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

Em Setembro de 1993 perfizeram-se 10 anos de actividade da SIBS durante os quais foi possível criar, instalar e desenvolver um conjunto de serviços e meios que vieram decisivamente contribuir para a automatização de determinadas operações bancárias e para a consolidação da hegemonia dos bancos no sistema de meios de pagamento nacional.

Ao longo do exercício e conforme previsto no plano de actividades, foram desenvolvidas acções nas diversas áreas da actuação da sociedade no sentido de contribuir para a racionalização e eficácia do sistema dos meios de pagamento e consolidação dos serviços Caixa Automático e Pagamento Automático Multibanco e das câmaras de compensação electrónica.

No âmbito da rede partilhada de Caixa Automático Multibanco, foi prosseguida a homogeneização do parque de equipamentos, tendo-se criado condições para um significativo aumento de capacidade e eficácia, para a possibilidade de execução de todas as transacções previstas e para a introdução das funções decorrentes do novo serviço Porta Moedas Multibanco.

A rede de CAs, em 1993, cresceu de 1913 para 2797, tendo o número de operações passado de 97,8 para 127,4 milhões, e o valor dos levantamentos crescido de 772 para 974 milhões de contos. O pagamento de serviços passou de 4 milhões para 5,4 milhões, verificando-se um aumento de cartões bancários válidos no sistema multibanco de 4,2 milhões para 4,8 milhões.